



PODER JUDICIÁRIO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE MINAS GERAIS
Secretaria de Administração do Foro

DESPACHO SJMG-SECAD 416/2025

Trata-se de Solicitação SJMG-PNV-SESAP, id. 1103771, solicitando a contratação de empresa especializada na prestação de serviços para manutenção de jardim na nova sede de Ponte Nova pelo prazo de **um ano**.

Conforme o Termo de Referência, id. 1103634, o valor estimado da contratação é de **R\$ 9.700,80**.

De acordo com o solicitante:

[...]

A contratação do serviço de jardinagem é urgente e necessária devido à mudança da sede da Subseção Judiciária de Ponte Nova, onde essa demanda não existia. A manutenção regular do jardim previne a proliferação de bichos peçonhentos, como escorpiões e cobras, que encontram abrigo na vegetação alta. Além disso, a falta de poda e o acúmulo de resíduos vegetais podem contribuir para o acúmulo de água parada, criando um ambiente propício para a reprodução do mosquito *Aedes Aegypti*, transmissor da dengue, zika e chikungunya. A terceirização desses serviços permite maior eficiência operacional, reduz riscos sanitários e atende às normas de segurança e saúde pública.

Até o momento, esta supervisora vinha realizando, de forma isolada, a manutenção das áreas verdes por meio de equipamento adquirido para a Justiça Federal de Ponte Nova. No entanto, pela razão das diversas atribuições relacionadas à função, a realização periódica da poda tornou-se inviável, resultando na expansão descontrolada da vegetação e na consequente ocorrência de transtornos, como acúmulo de fezes de animais e a presença de ratos e baratas.

[...]

O art. 75 da Lei 14.133/2021, que elenca as dispensabilidades de licitação, estabelece o seguinte:

Art. 75. É dispensável a licitação:

I - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 100.000,00 (cem mil reais), no caso de obras e serviços de engenharia ou de serviços de manutenção de veículos automotores;

II - para contratação que envolva valores inferiores a R\$ 50.000,00 (cinquenta mil reais), no caso de outros serviços e compras;

[...]

§ 3º As contratações de que tratam os incisos I e II do caput deste artigo serão preferencialmente precedidas de divulgação de aviso em sítio eletrônico oficial, pelo prazo mínimo de 3 (três) dias úteis, com a especificação do objeto pretendido e com a manifestação de interesse da Administração em obter propostas adicionais de eventuais interessados, devendo ser selecionada a proposta mais vantajosa.

[...] (Grifamos)

Muito embora a finalidade da dispensa de licitação seja a contratação de bens e serviços sem a necessidade de um procedimento licitatório, a Nova Lei de Licitações manteve, em seu § 3º do art. 75, a regra geral da busca por preços mais vantajosos para a

Administração, mediante a análise das propostas apresentadas por interessados em contratar com a Administração. Entretanto, **diante de situações excepcionais e devidamente justificadas**, a mesma norma possibilita a realização de **dispensa sem disputa**.

No caso, analisando-se os argumentos apresentados, verifica-se que o preço do produto é baixo e não haveria vantagem para a Administração, em termos de economicidade, a aplicação da regra do § 3º do art. 75 da Lei 14.133/2025, pois os custos com o uso dos recursos da máquina pública necessários para a contratação de empresa para manutenção do jardim da SSJ poderiam ser até superiores ao valor estimado da contratação.

Sendo assim, considerando-se o baixo valor da contratação e o interesse público envolvido, entendo tratar-se de caso excepcional, razão pela qual **AUTORIZO**, nos termos do art. 72, VIII, da Lei nº 14.133/2021 e do art. 1º, VI, da Portaria Diref nº 10/94, a contratação direta por dispensa de licitação **sem disputa**, conforme solicitado.

Todavia, levando em consideração o fato de que há em elaboração e análise o PCA/2025, deve a presente demanda, considerada intempestiva, ser previamente avaliada pela SECOF/SULIC diante do orçamento anual de 2025.

À SECOF, para providências.

À SJMG-PNV-SESAP, para conhecimento.

Belo Horizonte, 21.03.2025.

Raimundo do Nascimento Ferreira

Diretor da SECAD

assinado digitalmente



Documento assinado eletronicamente por **Raimundo do Nascimento Ferreira, Diretor(a) da Secretaria de Administração do Foro**, em 24/03/2025, às 16:51, conforme art. 1º, § 2º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site https://sei.trf6.jus.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0 informando o código verificador **1163508** e o código CRC **CBD1EBBC**.

Av. Álvares Cabral, 1805 - Bairro Santo Agostinho - CEP 30170-001 - Belo Horizonte - MG

0001682-63.2025.4.06.8001

1163508v10